



Canal Energia – 14 Ago 2003

Investidores privados não devem entrar em grandes projetos de energia **Câmara de Investidores diz que grandes usinas não são atrativas para participação do capital privado.** **Fundos de pensão contestam inclusão**

Oldon Machado, Expansão
12/08/2003

Ao contrário da expectativa do governo, a disposição dos investidores privados em participar direta e ativamente da viabilização de projetos de infra-estrutura pode estar bem abaixo da necessidade. É a avaliação que fazem executivos e analistas sobre a complementariedade privada em relação à sinalização dada pelo governo na última segunda-feira, dia 11 de agosto, que projetou em R\$ 191,4 bilhões os recursos estatais para infra-estrutura entre 2004 e 2007.

Pelo menos no caso do setor elétrico, o aviso é categórico: os investidores privados não vão entrar nos empreendimentos postos na linha de frente pelo governo, como as hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira, e de Belo Monte, no Pará - que juntos somam uma potência instalada próxima a 20 mil MW. A percepção no geral é a de que essas usinas podem não trazer uma eficiência econômica mínima no preço da energia gerada ao investidor, dificultando o retorno da aplicação.

"São mega-projetos que não necessariamente são os mais econômicos, pois trazem em seu bojo um risco regulatório. Não acredito em investimentos e financiamentos privados nesses projetos", afirma Cláudio Sales, presidente da CBIEE (Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica). Outro ponto considerado inibidor para a injeção de capital privado na ação desenvolvimentista do governo é a própria proposta de modelo para o setor elétrico; segundo ele, com linhas gerais incipientes e pouco animadoras.

A mesma opinião quanto arrefecimento da entrada de empresas privadas em novos projetos é compartilhada pela analista de energia do banco Sudameris, Rosângela Ribeiro, que considera o ambiente regulatório atual pouquíssimo propício para a atração de empresas não-estatais. O analista da Global Invest, Nelson Carneiro, considera muito reticente a visão atual do investidor externo no país, em razão das restrições orçamentárias, do maior aperto fiscal e da longa maturação (e retorno) destes projetos.

Na mesma linha de desconfiança, a Abdib (Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base) condiciona a entrada de investidores privados a um marco regulatório claro e permanente para todos os setores infra-estruturais. Noutro ponto tido como prioritário, a entidade defende, como porta de entrada para recursos, a construção de um Fundo de Desenvolvimento de Infra-Estrutura, emissor de títulos lastrados em ativos e recebíveis. A Abdib projeta em R\$ 20 bilhões por ano a necessidade de investimentos nesse setor.

Outras fontes primárias de capital contestam a inclusão imediata no programa. Em nota conjunta divulgada nesta terça-feira, os presidentes da Previ (fundo de pensão do Banco do Brasil), Sérgio Rosa; da Petros (Petrobras), Wagner Pinheiro; e da Funcef (CEF), Guilherme Lacerda, negaram que tenham participado da reunião de ontem no Palácio do Planalto com o presidente Lula e 12 ministros, onde foram apresentados os R\$ 191 bilhões para investimentos do governo em infra-estrutura nos próximos quatro anos.

Segundo o comunicado, as políticas de investimento dos três principais fundos do país serão tomadas de forma autônoma, e seguirão os princípios de rentabilidade e consistência com as obrigações atuariais. A nota reafirma que, conforme já anunciado pelo presidente, há a intenção inicial do governo em poder contar com os fundos de pensão nesses projetos, embora a entrada efetiva deva seguir preceitos como garantia de liquidez e retorno financeiro mínimo necessário.